



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Registou-se este ano, pela quarta vez, um corte nas telecomunicações, por isso, não se pode considerar o incidente como um caso isolado e raro, nem apenas como mais um corte. Na realidade, todos os dias ocorrem incidentes com os serviços de telecomunicações, por exemplo, chamadas telefónicas interrompidas sem qualquer razão, instabilidade nas transmissões, etc.. Isto deve-se ao baixo nível técnico das concessionárias, que têm descurado a formação do seu pessoal? Ou terá a ver com desactualização do hardware, e com falta de reparação e manutenção? Tudo isto merece a nossa ponderação. Face às avarias constantes da rede, a situação já não diz apenas respeito às concessionárias. Estes incidentes reflectem que o Governo da RAEM não fiscaliza, efectivamente, a rede de telecomunicações, suspeitando-se, assim de incumprimento dos seus deveres.

Com a liberalização dos serviços de internet e do serviço telefónico móvel, a cessação da rede 2G, a liberalização antecipada dos serviços de chamadas de longa distância (IDD) e da linha alugada, a celebração do contrato "5+5", a liberalização das condutas subterrâneas e da exploração exclusiva da rede fixa, a emissão de mais licenças para esta exploração, etc., o Governo respondeu já, aparentemente, às necessidades da sociedade. Mas é lamentável que tanto a qualidade dos serviços como as tarifas elevadíssimas se mantenham inalteradas. Como as políticas na área da ciência e tecnologia carecem de coerência, os residentes não conseguem aceder às informações sobre o futuro



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

desenvolvimento dessa área no âmbito do sector das telecomunicações. Aquando do referido incidente, a concessionária demonstrou não dispor de um plano de contingência para fazer face à situação, acabando por afectar os utentes em geral. Tudo isto demonstra que o Governo não retirou os devidos ensinamentos dos incidentes anteriormente registados, com vista a melhorar o conteúdo dos contratos celebrados, e que nem sequer reforçou a devida fiscalização.

Face ao exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O serviço de telecomunicações está intimamente ligado com o quotidiano dos residentes. Por forma a salvaguardar os direitos e interesses dos utentes, o direito à comunicação, bem como a responder melhor às avarias na rede de telecomunicações, quando se registam avarias na rede de qualquer uma das operadoras, pode recorrer-se, por exemplo, ao apoio das redes das outras, com vista a assegurar as telecomunicações. O Governo vai criar mecanismos para dar resposta às avarias da rede de telecomunicações e para indemnizar os residentes prejudicados? Vai ainda adoptar medidas dissuasoras, a fim de evitar a ocorrência de casos semelhantes?
2. Os territórios vizinhos já entraram na era da rede 4G, através da qual a transmissão é mais rápida e a troca de informações mais intensa, facto que é importante para a promoção do desenvolvimento global de qualquer



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sociedade. Macau encontra-se ainda numa fase relativamente mais atrasada. O Governo vai ponderar, novamente, sobre as instalações e equipamentos (software e hardware) de telecomunicações e sobre o rumo de desenvolvimento ao nível do investimento técnico das operadoras? Vai ainda convidar peritos do Interior da China para efectuarem uma avaliação global da situação, elaborarem um plano prospectivo e definirem políticas no âmbito das tecnologias de informação, em prol do futuro desenvolvimento socioeconómico de Macau?

3. Por forma ao melhor desenvolvimento da fiscalização ao funcionamento das telecomunicações, das redes, etc., o Governo vai criar alguma comissão de fiscalização e gestão das telecomunicações independente, composta por mais individualidades independentes e credíveis, em prol da salvaguarda dos direitos e interesses dos utentes e do direito à comunicação?

29 de Outubro de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Lee Chong Cheng.